

**ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL - CT-PDCS/CIF**

Nos dias vinte e sete e vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e um, na sala virtual - via Google Meet, foi realizada a **51ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social/CT-PDCS**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos os Acordos referentes ao desastre da barragem da Samarco, em Mariana/MG. As reuniões - preparatória e pública tiveram pautas distintas, seguindo abaixo os registros da reunião pública, transmitida ao vivo pelo Youtube através do link <https://youtu.be/SwINbVI3QSk>:

**1) Apresentação e manifestações dos participantes.**

**Participantes da reunião preparatória à 51ª Reunião Ordinária da CT-PDCS - Dia: 27/09/21 - Horário: 13h40 às 16h14.**

Claryssa Almeida (SEDESE), Daniela Felix (FBDH), Haydée Frota (FGV/MPF), Jadilson Oliveira (Comissão Quilombola de Degredo), Jean Gomes (Prefeitura de Mariana), Lindalva Feitosa (FBDH), Marta Zorzal (UFES), Miriam Porto (SECONT), Soraya Benetti (FLACSO), Tatiana Tatagiba (SETADES), Thamara Uliana (ASPERQD), Ulisses Mantovani (IEMA), Verônica Coutinho (SEGOV) e Walquíria Soares (IEMA).

**Participantes da 51ª Reunião Ordinária Pública da CT-PDCS - Dia: 28/09/21 - Horário: 13h35 às 17h58.**

Aerton Paiva (Renova), Ana Carolina Maciel (Renova), Antônio de Pádua Mateus (Renova), Carlos Alberto Oliveira (Renova), Christian Souza (Renova), Cláudia Laureth (FLACSO), Claryssa Almeida (SEDESE), Crismã Costa (Comissão Quilombola de Degredo), Daniela Egger (FBDH), Flávia Cunha (E&Y), Gabriela Artilles (FGV/MPF), Haydée Frota (FGV/MPF), Iara Morena (Renova), Jadilson Oliveira (Comissão Quilombola de Degredo), João Sales (Renova), Juliana Rocha (Renova), Lilian Vidal (Renova), Lindalva Feitosa (FBDH), Maria Thereza Teixeira (Renova), Mariana Melo (Renova), Marily Gallote (Renova), Marta Zorzal (UFES), Paula Vieira (Renova), Pedro Strozemberg (Ouvidor), Rafael Santos (Renova), Ramon Lopes (E&Y), Sandra Lúcia de Paula (Renova), Soraya Benetti (FLACSO), Tatiana Tatagiba (SETADES), Thamara Uliana (ASPERQD), Ulisses Mantovani (IEMA), Verônica Coutinho (SEGOV/MG), Walquíria Soares (IEMA).

Após a apresentação dos membros e participantes, a Sra. Verônica Coutinho, 2ª suplente da coordenação da CT-PDCS, fez a leitura da pauta e iniciou o debate dos itens da reunião, conforme descritos a seguir:

**2) Aprovação da Ata da Reunião: 50ª RO da CT-PDCS.**

<b>Discussão</b>	Após consulta aos membros da CT a ata da <b>50ª RO</b> da CT-PDCS foi aprovada, conforme a minuta previamente distribuída, sem objeção.
------------------	---

**3) Devolutivas dos Encaminhamentos da 50ª RO: E-50.1 - Apresentação dos ajustes na plataforma do Repositório (sugestões da 49ª RO) e dos processos de constituição do Inventário do CIT. E-50.2 - Atualização das tratativas com as Prefeituras de Mariana e de Governador Valadares e com ICMBio para instalação das bases fixas do CIT. E-50.8- Apresentação de proposta detalhada para a classificação e indexação dos documentos do Inventário, necessária para a realização de buscas e pesquisas no CIT.**

<b>Discussão</b>	Em relação ao item <b>E-50.1 - Apresentação dos ajustes na plataforma do Repositório (sugestões da 49ª RO) e dos processos de constituição do Inventário do CIT</b> , Carlos Alberto recapitulou que receberam da CT 24 recomendações de ajustes na plataforma e que 12 ajustes já foram implementados; que alguns ajustes de programação e outros que demandam conhecimento técnico específico, dependem do processo de contratação do fornecedor, que está em etapa de mobilização; que todos os processos foram mapeados e estão encaminhados; que o fornecedor irá tirar o <i>site</i> do ar por algumas horas, resolver todos os ajustes e recolocar o <i>site</i> no mesmo dia. Sobre o encaminhamento <b>E-50.2 - Atualização das tratativas com as Prefeituras de Mariana, Governador Valadares e com</b>
------------------	---

Discussão

**ICMBio para instalação das bases fixas do CIT**, Carlos Alberto abordou que os termos de parceria com os municípios de Mariana, GV e Linhares estão em fase de finalização; que estão aguardando o retorno da Prefeitura de Mariana para a aprovação e a implementação do projeto do CIT no terminal turístico ou a indicação de um outro local, prazo 30/09; que após a definição do local para a implantação do CIT de GV junto ao município, estão elaborando a proposta conceitual a partir dos alinhamentos feitos entre a equipe da FR e a Prefeitura de GV, e que apresentarão a proposta ao município em agenda prevista para o início de outubro; que em relação ao CIT de Regência estão aguardando a revisão do projeto para a inclusão do auditório e dos sanitários. Informou que o prazo para a FR receber a revisão do projeto é 27/10 e mencionou que a equipe tem agenda prevista para o prosseguimento dos alinhamentos com o ICMBio no início de outubro. Iara rememorou as tratativas com a prefeitura de Mariana. Em referência ao encaminhamento **E-50.8- Apresentação de proposta detalhada para a classificação e indexação dos documentos do Inventário, necessária para a realização de buscas e pesquisas no CIT**, Carlos Alberto recordou o ponto de pauta discutido na reunião anterior e a apresentação realizada na 6ª RE da CT-PDCS, do sistema de classificação e indexação dos documentos na plataforma do inventário, também abordado na última RO. Afirmou que é um sistema complexo e ao mesmo tempo um sistema flexível de indexação e catalogação, considerando a multiplicidade de fontes e a diversidade de documentos que a plataforma espera e deve acolher, desde documentos científicos acadêmicos, reportagens e depoimentos orais; que a plataforma está em constante alimentação e que o sistema permite a criação de diversos indexadores a medida em que as informações são recebidas; que a busca por palavras-chaves ainda não constantes na plataforma não significa que a plataforma não irá acolher esses temas; e que entendem que a classificação e a indexação dos documentos está correta, atende o propósito da plataforma e que na opinião técnica da equipe é uma classificação bem avançada em termos de repositórios digitais pelo que foi pesquisado. Pontuou sobre a importância da avaliação do processo de fluxo dos documentos na plataforma pelo Colegiado da Curadoria e reafirmou que tecnicamente a plataforma atende qualquer classificação e indexação que venha ser considerada pelo Colegiado. Sobre as atividades de descentralização e itinerância, Carlos Alberto convidou a CT para participar e divulgar a 2ª edição do *webinário* com o tema “Estado e Atividades Mineradoras: análise do rompimento da barragem de Fundão sob a perspectiva da Teoria da Dependência”, a ser realizada no dia 04/10. Informou que essas atividades são gravadas e disponibilizadas na plataforma assim que processadas e convertidas em arquivos mais leves. Carlos expôs que as oficinas Trilhas de Memória, que contribuem na alimentação do repositório na perspectiva das narrativas territoriais, estão em execução; que começaram no dia 15/09 com a oficina no Espírito Santo e irão até o dia 06/10 com o médio Rio Doce; que a partir das oficinas seguirão com as atividades de mentoria, no desenvolvimento das atividades; que ao final do primeiro ciclo da descentralização e itinerância terão a publicação de um *e-book* com o resultado das oficinas e *webinários*. Pelo chat a Profª Marta Zorzal perguntou a Iara em quais setores das prefeituras estavam sendo realizadas as tratativas para construção e/ou reforma dos espaços fixos do CIT, exceto os setores jurídicos dessas municipalidades. Iara respondeu que na Prefeitura de Mariana as tratativas estavam sendo discutidas no Gabinete do Prefeito e na Secretaria de Turismo e na Prefeitura de GV no Gabinete do Prefeito e na Secretaria de Cultura. Sobre o Colegiado de Curadoria, Iara propôs o agendamento da primeira reunião. Em referência às tratativas com as Prefeituras de Mariana, GV e o ICMBio para instalação das bases fixas do CIT, Verônica pontuou que não foi apresentada nenhuma alteração significativa em relação ao que foi apresentado na última RO e questionou qual a dificuldade da FR em avançar nesse tema. Iara explicou que mensalmente a equipe vem compartilhando com a CT os avanços e as tratativas sobre os CITs. Pontuou sobre o grande desafio em garantir a instalação dos CITs nos espaços públicos, a formalização das parcerias, o alinhamento de interesses e convergências. Enfatizou que existem aspectos peculiares e discorreu sobre os desafios encontrados pela equipe. Sobre o CIT de Regência, Iara mencionou que no início do ano

**Discussão**

recebeu uma comunicação do ICMBio, que tiveram que refazer o projeto arquitetônico e que terão que readequar o orçamento, mas que no final de outubro o projeto arquitetônico estará pronto. Verônica mencionou que as respostas da FR eram sempre as mesmas; que trabalha no setor público e compreende a burocracia, mas que tanto atraso é inadmissível; que a FR tem recurso financeiro e pessoal para agilizar as demandas pendentes. A Profª Marta complementou dizendo que já se passaram quase 6 anos do Desastre; que aconteceram imprevistos nestas tratativas e que isso é razoável; que achava no mínimo questionável, após 6 anos ainda estarem quase na estaca zero em relação a implantação das bases físicas do CIT; que a equipe deve levar isso para instâncias superiores, pois a situação está ficando insustentável; que está na CT desde a reunião inicial de Lara e o discurso vem sendo recorrente, que sempre há um problema; que o processo nunca foi célere tal qual escrito no TTAC, que foi assinado para que as ações fossem céleres; que é inadmissível que após quase 6 anos de Desastre ainda estão tratando da definição de espaço e construção das bases físicas do CIT. Verônica pontuou que o impressionante é que a FR não segue as premissas básicas impostas, que mesmo com capacidade técnica falha nos resultados e que não é a toa que o MP está acionando a justiça pedindo a extinção da FR. Jadilson pediu além de celeridade no processo, respeito ao atingido e disse que não se sentiu contemplado com as respostas de Lara. Ana Carolina mencionou que compartilha de algumas frustrações apresentadas; que tem um grande desafio enquanto programa e representante da FR de equilibrar todas as expectativas dentro daquilo que tecnicamente é possível; que na próxima RO apresentaria a linha do tempo do PG 35; que trabalham em uma construção conjunta e coletiva dos processos e que a equipe não chega com surpresas nas ROs em relação à cronograma e os desafios do programa. Walquíria disse que o escopo do programa foi discutido de forma coletiva, mas que nunca tinham novidades e avanços, que a equipe sempre estavam em tratativas com as prefeituras e o ICMBio; que a CT reconhece o trabalho da equipe, mas que só isso não resolve. A Profª Marta pontuou que a linha do tempo a ser apresentada pela equipe do PG 35 deverá ser trabalhada em duas dimensões, a do repositório e a das bases físicas do CIT, onde deverá ser especificado o que foi feito em cada um dos anos desde 2015 até a presente data e a justificativa das condições em que se apresentam essas bases físicas, tanto do ponto de vista da equipe técnica, quanto do ponto de vista do Conselho Curador. Salientou que as bases físicas deveriam estar instaladas conforme o prazo estabelecido no TTAC, para que os repositórios físico e virtual pudessem ser acessados. Lara reforçou o compromisso das entregas por parte de toda a equipe do PG 35 e disse que é muito frustrante estar em mais uma reunião e não ter avanços consideráveis da estruturação das bases fixas para apresentação; que isso não se dá por conta de apenas um motivo e que não vê que essa é uma frustração e um fracasso da equipe, pois têm enfrentado muita dificuldade com o poder público. Haydée registrou que a construção coletiva não implica uma mesma divisão de responsabilidades e que os membros da CT não são responsáveis pela execução; que cabe a executora FR questionar o formato, tendo em vista a morosidade da parcerização com as prefeituras; que as administrações assumirão um custo posterior e essa discussão nem foi iniciada e que há um caminho muito longo pela frente; que a maioria das reuniões da CT contam com um contingente significativo por parte da FR e que o compromisso mencionado pela equipe deve ser traduzido de fato em resultados. Haydée disse que gostaria de compreender como a coleta de depoimentos no território vem acontecendo, quais conteúdos têm surgido dessas coletas e como estão sendo as tratativas com os atingidos. Walquíria disse que a palavra fracasso não é viável no momento de construção e acompanhamento do processo e que a CT continuará cobrando os avanços. Em resposta a Haydée, Carlos mencionou que o Colegiado de Curadoria avaliará de dois em dois meses tudo o que vai para plataforma e toda a metodologia adotada; que estão preparando um relatório inicial para apresentação ao Colegiado de Curadoria com todas as informações compiladas para a avaliação da quantidade e da qualidade dos documentos e dos depoimentos.

<b>Encaminha mento</b>	<b>E-51.1</b> – Apresentar linha do tempo do PG 35 especificando as ações executadas, os avanços, as dificuldades e o cronograma relativo à todas as entregas, conforme solicitado na 51ª RO da CT-PDCS (enviar o material a ser apresentado com antecedência de no mínimo 5 dias da 52ª RO). <b>Responsável:</b> FR. <b>Prazo:</b> próxima RO.
<b>4) Relatório de Acompanhamento do Programa de Informação para a População (PG 35) – Ciclo 02 da E&amp;Y.</b>	
<b>Discussão</b>	O ponto de pauta foi transferido para a próxima Reunião Ordinária.
<b>Encaminha mento</b>	<b>E-51.2</b> - Apresentação do Relatório de Acompanhamento do Programa de Informação para a População (PG 35) – Ciclo 02 da E&Y. <b>Responsável:</b> E&Y. <b>Prazo:</b> próxima RO.
<b>5) Devolutivas dos Encaminhamentos da 50ª RO: E-50.4 – Apresentação de proposta metodológica referente ao GT de acompanhamento da plataforma georreferenciada e o cronograma detalhado referente à Plataforma georreferenciada, o Portal da Transparência e o Portal de Monitoramento Hídrico. E-50.5 – Apresentação de atualizações sobre os Planos de Ação Territorial. E-50.6- Apresentação dos indicadores do PG 06 – Pilar Ouvidoria. E-50.10- Apresentação de relatório sobre registros de situações de constrangimentos e/ou ameaças aos atingidos nos territórios, da base de dados da Ouvidoria.</b>	
<b>Discussão</b>	<p>Sobre o encaminhamento <b>E-50.4 – Apresentação de proposta metodológica referente ao GT de acompanhamento da plataforma georreferenciada e o cronograma detalhado referente à Plataforma georreferenciada, o Portal da Transparência e o Portal de Monitoramento Hídrico</b>, Marily informou que o assunto foi endereçado com a Diretoria da FR e que foi definido que o Aerton Paiva será o consultor que vai coordenar o projeto e se dedicar exclusivamente a questão da plataforma e do portal da transparência dando suporte a equipe. Marily realizou apresentação em arquivo <i>PowerPoint</i> e contextualizou sobre o projeto e seus objetivos. Mencionou que o projeto de otimização do Portal da Transparência e o atendimento à demanda da CT envolve 42 programas distribuídos por 39 municípios; que cada programa tem diferentes níveis de complexidade operacional e que essa complexidade exige um plano interno de trabalho com prioridades e faseamento que atenda às necessidades da CT e que seja baseado no uso dos dados e não só na disponibilização deles. Propôs que o trabalho seja conduzido com o regular acompanhamento entre a consultoria, pontos focais da FR e pontos focais da CT, para o alinhamento de prioridades. Aerton Paiva se apresentou e contextualizou brevemente sobre a etapa que irá qualificar os dados que serão disponibilizados. Propôs que após a análise preliminar feita pela consultoria, em conjunto, definam as prioridades. Marily reafirmou que a construção em conjunto com a CT, ao menos no direcionamento inicial, ajudará na definição das prioridades. Apresentou a metodologia, após definidas as prioridades. Avaliadas as condições, será emitido um parecer de viabilidade orçamentária, apresentado à diretoria da FR para aprovação e, em seguida, apresentado para as considerações da CT. Para dar início ao desenvolvimento técnico, Marily informou que, tanto a FR quanto a CT deverão estar de acordo com o disposto no Caderno Externo de Validação. Somente após a aprovação dos Cadernos Externos de Validação serão especificados e detalhados os prazos. Marily explicou também sobre a Governança da Informação e mencionou os desafios da criação de uma estrutura exclusiva para coleta, apuração, análise, gestão de dados e de conciliar essa estruturação interna com o atendimento das demandas da CT. Marily propôs prioridades com base nas demandas de maior necessidade de consulta, a exemplo dos programas como indenização e reassentamento. Apresentou um cronograma macro para definição das prioridades no atendimento das demandas da NT 26 e da Deliberação CIF nº 530. Verônica solicitou que Marily enviasse a apresentação por e-mail para análise da proposta e solicitou que a equipe da FR encaminhasse todas as apresentações a serem discutidas nas ROs com antecedência para que o debate seja mais eficiente. Haydée reforçou a importância do envio das apresentações pela FR com antecedência às reuniões. Quanto à proposta feita por Marily, Haydée expôs que a CT deveria avaliar as responsabilidades para verificar</p>



Discussão

qual tipo de contribuição a CT poderia oferecer, tendo em vista que a FR é a parte executora. Aerton Paiva disse que a FR é a executora e que as reuniões seriam somente para tirar dúvidas e o direcionamento sobre a demanda da CT. A Prof.<sup>a</sup> Marta disse que após o envio do material a CT terá condições de discutir as questões abordadas pela equipe da FR. Marily observou que o Portal do Monitoramento Hídrico consta no encaminhamento, mas está associado ao PG 22 e não é uma atribuição do PG 36. Verônica disse a Marily que a proposta de encaminhamento foi feita pelo gerente anterior e que a equipe deveria corrigir internamente. Em relação ao encaminhamento **E-50.6- Apresentação dos indicadores do PG 06 – Pilar Ouvidoria**, Pedro Strozemberg apresentou um panorama geral das manifestações recebidas na ouvidoria de 2015 até agosto de 2021. Mencionou que a ouvidoria tem uma base de dados confidenciais, e que os experts do Ministério Público têm o acesso completo à base. Apresentou o número de manifestações recebidas por território do ano de 2021, até o mês de agosto. Apresentou e contextualizou brevemente os números e o percentual dos anos de 2019, 2020, até agosto de 2021, relativos aos indicadores: tempo de finalização das manifestações, a proporção de manifestações respondidas dentro do prazo e a média mensal do tempo de resposta das manifestações em 2021. A Prof.<sup>a</sup> Marta disse que os parâmetros estavam razoáveis e que variavam muito de acordo com anos e os momentos vivenciados. Sugeriu a ampliação das metas. Gabriela Artilles perguntou sobre a mensuração do indicador de pesquisa de satisfação para avaliação do atendimento da ouvidoria. Pedro respondeu que será contratado um instituto de pesquisa para a mensuração do indicador; que haverá uma triagem com os institutos já contactados e que há a expectativa do processo ser concluído até o dia 10 de outubro. Jadilson perguntou sobre o retorno das respostas aos atingidos. Pedro disse que apresentaria os critérios com mais detalhes na próxima RO, mas adiantou que a forma do retorno é escolhida pelo próprio solicitante, ou por telefone, ou por e-mail ou por carta. Sobre o encaminhamento **E-50.5 – Apresentação de atualizações sobre os Planos de Ação Territorial**, Iara mencionou que os PATs resultaram de várias discussões na CT, construídos a partir das expectativas, demandas e necessidades identificadas junto aos públicos em todas as oportunidades de relacionamento até o momento. Verônica questionou sobre o encaminhamento dos 4 PATs que restavam ser encaminhados à CT. Iara mencionou que foram enviados 14 PATs; que num primeiro momento enviaram 10 documentos, num segundo momento foram encaminhados os outros 4 documentos e a agenda dos Seminários Participativos. A governança disse que reencaminharia os 4 PATs restantes. Juliana Rocha realizou apresentação em arquivo *PowerPoint* abordando a participação na elaboração dos PATs e a validação dos PATs, através da realização dos Seminários Participativos, centrados na discussão dos focos e as agendas de atuação nos territórios, além dos demais itens definidos na Deliberação CIF nº 506, envolvendo os públicos atingidos e outros atores de interesse. Destacou que, a partir dos encaminhamentos definidos com os públicos os PATs são atualizados; que foram realizados 15 seminários tendo um total de 259 participantes. Comentou sobre os objetivos, o público-alvo e a mobilização dos Seminários. Mostrou a agenda dos Seminários realizados e planejados. Apresentou os principais destaques, os pontos de atenção, os desdobramentos e a avaliação dos públicos sobre os Seminários Participativos. Iara mencionou que encaminharia o material apresentado pela equipe. Haydée questionou se teria como evidenciar quais comunidades participaram dos Seminários. Iara disse que a mobilização foi feita, que foram convidados os representantes dos microterritórios e de todos os municípios e que nem sempre conseguem a participação de 100% das comunidades, mas que no processo de apuração a equipe teria como checar. Em relação ao encaminhamento **E-50.10- Apresentação de relatório sobre registros de situações de constrangimentos e/ou ameaças aos atingidos nos territórios, da base de dados da Ouvidoria**, Pedro Strozemberg realizou apresentação em arquivo *PowerPoint*. Retratou o perfil geral das ameaças no território do Rio Doce: não formal; entre pessoas conhecidas; que as ameaças estão vinculadas às institucionalidades frágeis de participação; processo crescente a partir das indenizações proporcionadas pelo Novel; ambiente conflitivo e desagregador das relações comunitárias, que em seu ponto de vista

<p><b>Discussão</b></p>	<p>tem ligação com a judicialização da participação; ambiente pouco acolhedor para registro dos relatos e que a pandemia tem destaque nesse ponto. Evidenciou que os conflitos são originados entre comissões de atingidos, comissões locais e através da desmobilização das instâncias de governança participativas. Destacou os conflitos entre pessoas atingidas e serviços de advocacia, advogados ameaçados por pessoas atingidas e demanda de colaboradores ameaçados por pessoas atingidas. Pedro disse que não tem esses dados, mas que são casos de ameaça ou temor relativamente pontuais; que as situações aparecem de maneira espontânea em reuniões ou conversas, e não há tantos registros formais; que há casos registrados no canal confidencial, por vezes anônimo, que geram relatos formais; que há casos de escutas individualizadas a partir da sinalização de conflitos com alertas de gravidade; que em 05 territórios foram relatadas situações de ameaças/temor por parte das pessoas atingidas de circularem no território. Pedro disse que atravessam esse cenário de insegurança, mas que não saberia dizer como o fato poderia ser evitado. Finalizando a apresentação, Pedro salientou que a ouvidoria poderia fazer um acompanhamento na busca dos casos destacados, dialogar com o poder público e pensar em medidas de redução de risco; que não tem registro de casos concretos de violência física, tem casos de tiros e pessoas que tiveram de mudar de suas residências temporariamente, bem como mudar os seus hábitos diários. Verônica solicitou que Pedro encaminhasse a apresentação feita à CT. Haydée pontuou que existem documentos publicados e a disposição no <i>site</i> do MPF sobre o tema. Citou e contextualizou alguns exemplos que vinham gerando conflitos nas comunidades, como: a forma de execução dos programas que por vezes chegou nos territórios desagregando com uma estratégia conflituosa, a mudança dos funcionários da equipe do diálogo e a forma de implementação do Novel. Destacou que a questão é delicada pois trata da integridade da vida e pontuou sobre o fator da coesão social em meio às comunidades. Jadilson evidenciou que os colaboradores da FR que deveriam realizar o processo de mediação, acabam inflamando o território e que a coordenadora da ASPERQD tem receio de circular no território; que já realizaram essa denúncia nos canais da ouvidoria; que depois da implantação do Novel e do envio de pílulas de whatsapp erroneamente por parte da comunicação da FR ao território, a circulação de advogados aumentou na comunidade; e que até a presente data não recebeu a mensagem de retratação por parte da FR, tendo em vista o recebimento de mensagens equivocadas no território. Pedro expôs que a apresentação seria encaminhada a CT.</p>
<p><b>Encaminhamento</b></p>	<p><b>E-51.3</b> – Apresentação das considerações sobre a proposta metodológica referente à plataforma georreferenciada e o cronograma detalhado referente à Plataforma georreferenciada e o Portal da Transparência. <b>Responsável:</b> CT-PDCS. <b>Prazo:</b> próxima RO.</p>
<p><b>Encaminhamento</b></p>	<p><b>E-51.4</b> – Apresentação dos critérios de retorno das manifestações aos atingidos. <b>Responsável:</b> Ouvidoria. <b>Prazo:</b> próxima RO.</p>
<p><b>Encaminhamento</b></p>	<p><b>E-51.5</b> – Encaminhar os 4 PATs ainda não recebidos pela CT, a saber: Território 6. Vale do Aço (calha do Rio Doce), Território 7. Vale do Aço (Médio Rio Doce), Território 10. Baixo Rio Doce (Minas Gerais) e Território 12. Colatina e Marilândia. <b>Responsável:</b> FR. <b>Prazo:</b> imediato.</p>
<p><b>Encaminhamento</b></p>	<p><b>E-51.6</b> – Encaminhar a relação das comunidades que participaram dos Seminários Participativos. <b>Responsável:</b> FR. <b>Prazo:</b> imediato.</p>
<p><b>6) Reclamações com relação ao 0800 da Fundação Renova (comunicado CT-EI).</b></p>	
<p><b>Discussão</b></p>	<p>Verônica leu o e-mail recebido da CT-EI com a abordagem sobre a reclamação sobre o 0800 da FR. Ana Carolina disse que participariam da próxima reunião da CT-EI e que dariam a devolutiva aos reclamantes. Maria Tereza expôs que no dia 06/10 participariam da RO na CT-EI e que solicitaram através da governança que a CT detalhasse melhor a demanda; que preparam uma apresentação específica para apresentar na CT-EI. Maria</p>

<p><b>Discussão</b></p>	<p>Tereza disse que prepararam uma apresentação extra-pauta, sobre a atualização dos Canais de Relacionamento e propôs que fosse apresentada na próxima RO. Verônica solicitou que a apresentação fosse encaminhada previamente para a CT. Não houve objeção dos membros para que o tema fosse apresentado na próxima RO. Jadilson disse que o 0800 da FR está muito ruim; que a FR perde o cadastro dos atingidos, pois o seu tio que é cadastrado ligou para o 0800 e seu cadastro não foi localizado; e que o 0800 não é capacitado para lidar com todas as pessoas. Ana Carolina agradeceu o <i>feedback</i> de Jadilson e disse que investem muito na capacitação da equipe do 0800; que em relação ao Novel existem muitos pormenores e que trabalham com reciclagem o tempo todo. Solicitou que o Jadilson encaminhasse ao ouvidor o CPF do seu tio para a avaliação. Esclareceu que toda ligação é gravada e todo processo é auditável; que a intenção é sempre acertar e que existem pessoas sérias trabalhando na equipe; que quando houver qualquer problema seja repassado de forma muito qualificada para a equipe para que haja uma apuração do ocorrido. Maria Thereza disse que após o fechamento do balanço do mês de setembro o material sobre os canais de relacionamento seria encaminhado para a CT. Não houve objeção. Verônica disse que era muito interessante a atenção oportunizada ao Jadilson, em relação ao atendimento do seu tio, mas que outras pessoas não teriam a oportunidade do atendimento individualizado e salientou que os Canais de Relacionamento deveriam ser além de acessíveis, mais efetivos. Walquíria partilhou a informação de que a comunidade de Povoação e Regência recebeu uma comunicação do canal de diálogo de que os CIAs serão fechados e que passarão a ter um atendimento on-line, num primeiro momento, e que posteriormente será itinerante. Ana Carolina disse que a equipe se preparou para a apresentação do tema, mas em relação ao horário avançado os membros da CT entenderam que a equipe da FR deveria encaminhar o documento para análise da CT, realizando a apresentação na próxima RO. Haydée disse que com o número de reclamações na ouvidoria causa mais preocupação e estranhamento o fechamento de espaços de atendimento. Ana Carolina disse que apresentariam todas as justificativas na próxima RO, mas adiantou que conversaram previamente com a liderança das comunidades. Jadilson disse que a liderança de Povoação não estava ciente do fato. Informou que verificaria com as lideranças das comunidades como foi articulada a comunicação sobre o fechamento dos CIAs pela FR nos territórios e disse que encaminharia um relatório para ciência da CT até o dia 20 de outubro. Jadilson propôs apresentar o relatório na próxima RO. Ana Carolina ressaltou que foi feito o contato com 10 lideranças de cada região, ao total 30 contatos com as comunidades de Regência, Povoação e Aracruz. Verônica mencionou que na próxima RO seria melhor detalhado o tema da comunicação às lideranças sobre o fechamento dos CIAs.</p>
<p><b>Encaminhamento</b></p>	<p><b>E-51.7</b> – Apresentação das atualizações dos Canais de Relacionamento, esclarecimentos com relação as reclamações do 0800 da FR (CT-EI) e o fechamento dos CIAs. <b>Responsável:</b> FR. <b>Prazo:</b> próxima RO.</p>

Verônica Coutinho agradeceu a presença de todos. **A 51ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social** encerrou-se às dezessete horas e cinquenta e oito minutos.